

**A ESTIGMATIZAÇÃO DO TRABALHO SEXUAL:
CONTRIBUTOS DE MICHEL FOUCAULT NA ANÁLISE
DO PODER E CONTROLO SOBRE A SEXUALIDADE**

Nelson Ramalho

Doutorando em Serviço Social na Universidade Católica Portuguesa e Técnico Superior na
Câmara Municipal de Amadora

Resumo: O presente artigo aborda a forma como o trabalho sexual tem sido visto e olhado pela sociedade ao longo da história da humanidade traduzindo-se, actualmente, numa estigmatização da actividade e de quem o realiza. Através da teoria social contemporânea, irá debater-se os pressupostos ideológicos de Michel Foucault na explicitação do poder e controlo da sexualidade e a forma como ela foi sendo alvo de uma construção sócio-moral e, conseqüentemente, política. De forma a criar estratégias de resistência ao poder e representações institucionalizadas, os trabalhadores do sexo têm realizado esforços colectivos com vista à defesa de direitos e a um maior reconhecimento social.

Palavras-Chave: Sexualidade; Trabalho Sexual; Poder/Controlo; Estigmatização; Michel Foucault.

Sex work stigmatization: Michel Foucault contributitons to the analysis of power and control in sexuality

Abstract: This article discusses how the sex workers have been seen by the society along the history of mankind translating, nowadays, into a stigmatization of activity and those engaged in it. This article focuses, through the contemporary social theory's, in Michel Foucault ideological assumptions that contribute to explain the power and control of sex and how it became a socio-moral result and, in consequence, political issues. In order to create resistance to the power and institutionalized representations, sex workers have developed collective efforts in order to defend their rights and gain social recognise.

Key-Words: Sexuality; Sex Work; Power/Control; Stigmatization, Michel Foucault.

Introdução

A prática da prostituição e dos seus actores tem sido percepcionada de várias formas ao longo da história da humanidade, encontrando assim, diversos

processos de enquadramento: políticos, económicos, religiosos, morais, direitos humanos, científicos, entre outros. Consequentemente, esses actores foram sendo encarados de diferentes formas: ora aceites, ora rejeitados, ora vistos como um “mal menor”, e não raras as vezes como um mal a ser suprimido. Olhados como “perversos” e “doentes” pela medicina e psiquiatria; “imorais” pela religião e “delinquentes” pela sociedade civil (Grieco, 1991; Ramalho & Santos, 2006; Roberts, 1996). Actualmente, são vistos quer como “vítimas” quer como “profissionais” pelas perspectivas feministas¹.

O processo de redefinição da prostituição foi simbolizado, em 1979, pela mudança de terminologia de prostituta para o termo de trabalhador do sexo, criado por Leigh e Harlot (Leigh, 1997). A adopção do termo trabalho sexual (também designado por Profissional do Sexo) está relacionada com a conotação negativa trazida no termo de “prostituta”, comumente conotado com o crime, desvio, a necessidade de “correção”, estigma e vergonha. Já o termo trabalho sexual vem solidificar o reconhecimento do trabalho pela actividade realizada (Sanders, O’Neill & Pitcher, 2009, p. 9). A adopção do termo trabalhador do sexo inclui todos aqueles que trocam serviços sexuais por alguma forma de ganho económico. O termo abrange os diversos actores (homens, mulheres e transgéneros) e contextos de trabalho (prostituição de rua e interior, striptease e danças eróticas, pornografia ou o trabalho como operadores de linhas telefónicas eróticas, entre outros) (Weitzer, 2010). Esta mudança de terminologia marcou o início de um movimento internacional que se centra na defesa dos direitos dos trabalhadores do sexo.

Hoje em dia, o mercado do sexo ampliou-se e expandiu-se de tal forma na sua diversificação de quantidade, preços, tipos de consumidores e profissionais, em estrita ligação com a economia nacional e internacional, capaz de gerar capital e funcionar como um mecanismo utilizado por determinados segmentos populacionais para lidar com os problemas gerados pela “nova questão social” do desemprego ou emprego precário.

A actuação do Serviço Social neste campo parece continuar a reger-se pelas crenças sociais dominantes face a esta problemática (Ramalho, 2012; Silva, 2007; Sloan & Wahab, 2000; Wahab, 2002). Muitos dos valores, discursos e acções de vitimização, controlo e reinserção social encontradas nas práticas profissionais no período da sua emergência e institucionalização, continuam a ter influência nas práticas actuais para com os trabalhadores do sexo (Ramalho, 2012). Actualmente podemos encontramos um nível de convergência entre discursos e práticas que

¹O debate sobre o trabalho sexual tem promovido uma divisão nos vários enquadramentos da teoria feminista. Por um lado, feministas liberais e activistas do trabalho sexual enfatizam a necessidade de tratar esta realidade como uma legítima forma de trabalho, afirmando a necessidade de construção de políticas auto-reguladoras da actividade, com vista à melhoria das condições de trabalho, cidadania sexual e reconhecimento social. Por outro lado, feministas radicais e alguns activistas dos direitos humanos argumentam que a prostituição é uma forma de escravatura sexual, destacando a sua vitimização, exploração e o perigo da legalização, sendo apologistas de políticas abolicionistas (Ramalho, 2012; Sutherland, 2004).

promovem “[...] argumentações moralistas, sentimentalistas e paternalistas que apontam a indesejabilidade da prostituição” (Silva, 2007, p. 808).

Tendo como referência estas questões preliminares, pretende-se nesta discussão procurar alguns contributos de conceitos fundamentais da teoria social contemporânea, especialmente na visão de Michel Foucault. É, precisamente, sobre a forma como este autor se posiciona e enquadra quer a sexualidade, quer o desenvolvimento dos conceitos de “poder”, “controlo”, “normalização” e de “política sexual” que se pretende alargar a discussão com o intuito de aprofundar os motivos pelos quais os trabalhadores da indústria do sexo foram, e continuam a ser vistos, de diferentes formas, carregando, hoje em dia, conotações negativas, estigma e moralidade face às suas práticas e comportamentos.

Pretende-se ainda ajudar no incentivo à adequação da praxis por parte das organizações da sociedade civil, no sentido de melhor responder às necessidades da população trabalhadora do sexo através da implementação de práticas do Serviço Social anti-opressivas (Burke & Harrison, 1998; Dominelli, 2002) que potenciem as suas vozes e reforcem os seus processos de inclusão social, empoderamento, desestigmatização e visibilidade.

O artigo que agora se apresenta, sob a forma de ensaio, problematiza a sexualidade com base nas relações de poder trazidas pelo pensamento de Foucault. O artigo situa, sob o ponto de vista histórico, as representações sobre a sexualidade e coloca em destaque o discurso das várias ciências como uma ortopedia discursiva, enfatizando o bio-poder como o poder sobre os corpos. Coloca, ainda, em evidência o papel das organizações nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos dos trabalhadores do sexo destacando os discursos anti-discriminatórios e opressivos preconizados por estas.

A Sexualidade e as Relações de Poder no Discurso de Michel Foucault

Foucault nunca concebeu ou ambicionou criar uma teoria geral sobre o poder. Contudo, ao debruçar-se sobre as questões da sexualidade, o poder tornou-se indissociável da sua obra, constituindo-se uma preocupação e um tema recorrente no desenvolvimento do seu pensamento. Foucault (1994) procura, nas análises da genealogia do poder, identificar e explicitar os mecanismos e estratégias aplicadas, dando conta do seu funcionamento, campos e discursos específicos e em épocas próprias em que se desenvolveram as relações de poder sobre a sexualidade. O autor distancia-se de uma visão mais tradicional do poder na qual a sua acção se fundamenta na proibição, censura, interdição, repressão ou coacção e insurge-se contra uma visão do poder ligado ao direito – como forma de excelência do seu exercício através das leis – aplicando punições a todo o corpo social.

Para Foucault (1994), o poder deixa de estar localizado numa instituição, detido por uma classe (dominante) que, supostamente, o teria conquistado, nem

tão pouco como algo que se cede por contratos jurídicos ou políticos. Foucault descreve o poder como uma:

[...] multiplicidade das relações de força imanentes ao domínio em que se exercem e constitutivas da sua organização; o mecanismo que, por via de lutas e de confrontos incessantes, as transforma, as reforça, as inverte; os apoios que essas relações de força encontram umas nas outras, de maneira a formarem cadeia ou sistema, ou, pelo contrário, os desfasamentos, as contradições que as isolam umas das outras; por fim, as estratégias em que se efectuam e cujo desenho geral ou cristalização institucional tomam corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemónias sociais (p. 95-96).

Desta forma, a questão do poder deve ser pensada como uma correlação de forças múltiplas, móveis, desiguais e instáveis, que se chocam e que se contrapõem². Nesta visão, o poder não emana de um único ponto, está antes compreendido numa rede de relações que integram diferentes focos de poder (escola, família, estado, igreja, política, etc...) e que se apoiam uns nos outros. Como afirma Foucault (1994, p. 96) “o poder está em toda a parte [...] o poder não é uma instituição e não é uma estrutura, não é um certo poder de que alguns seriam dotados – é um nome que se atribui a uma situação estratégica complexa numa determinada sociedade”.

É este carácter relacional que permite que as relações de força actuem como acções de uns sobre as acções de outros. Esta perspectiva binária que nos coloca uns contra os outros, mesmo em tempos de paz, provoca uma guerra³ permanente em todo o corpo social, com a intenção de defesa da sua verdade. Verdade esta, sempre particular, marcada pela voz de quem fala a partir da sua verdade, em determinado contexto histórico-político. O poder, portanto, institucionaliza a verdade, e esta torna-se norma. “[...] o poder actua pronunciando a regra: o domínio do poder sobre o sexo far-se-á pela linguagem [...] Ele fala, e é a regra” (p. 87).

Estes discursos possibilitam o surgimento de conflitos nas relações sociais, manifestando-se como uma guerra social. Se no século XIX, este mecanismo desdobrou-se numa luta de classes, hoje em dia, ele surge como lutas de formas diversas, nas quais se percepçiona um discurso dominante de forças múltiplas - detentor do poder e titular da norma - e os que se encontram sujeitados - fora dessa norma (Foucault, 1994, 1999). Esta matriz passará a operar como instrumento segregador e normalizador da sociedade.

² O que implica que qualquer relação humana (e, portanto, toda a vida social) está permeada por relações de poder.

³ Esta guerra não deve ser entendida, literalmente, como sendo um confronto físico entre adversários, mas como conflitos que surgem constantemente nas relações económicas, religiosas, sociais, sexuais, culturais, etc. que se estabelecem uns com os outros.

O poder está inserido dentro desta natureza inerentemente relacional, constante e perpétua. Como silogismo categórico desta ideia teremos que estas relações não existem onde haja privação de liberdade. “O poder é exercido somente sobre sujeitos livres e apenas enquanto são livres [...] escravatura não é uma relação de poder pois o homem está acorrentado [...] a liberdade precisa existir para “o poder” ser exercido [...]” (Foucault, 1982, p.221). A par desta liberdade necessária para a existência de uma relação de poder, influi, também, que a violência não é o princípio básico da sua existência. É antes um instrumento utilizado nessas relações. Como ele próprio refere “em si mesmo o poder não é violência nem consentimento o que, implicitamente, é renovável” (Foucault, 1982, p. 220). Nestas palavras, o autor refere-se à actuação do poder que se exerce de forma subtil, e não tanto através de uma violência física, de uma repressão, proibição, coação ou outra forma negativa. No entanto, muito embora as relações de poder sejam subtis, Foucault afirma que elas são sempre intencionais e subjectivas. “Não há poder que se exerça sem uma série de miras e de objectivos” (Foucault, 1994, p. 98). O poder “induz, incita, facilita ou dificulta; ao extremo, ele constrange ou, entretanto, é sempre um modo de agir ou ser capaz de acções. Um conjunto de acções sobre outras acções” (Foucault, 1982, p. 220).

Toda a relação de força, incluindo no domínio da sexualidade, está ancorada a um contexto sócio-histórico-político em que esta “guerra” se encontra inserida. Desta forma, torna-se necessário compreender este contexto, bem como decifrar os seus mecanismos de poder.

Os Contextos Sócio-Históricos da Política do Sexo

O Controlo do Sexo: Da Sociedade Burguesa à Prática da Confissão

[...] ainda no início do século XVII era corrente uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras diziam-se sem reticências excessivas e as coisas sem demasiado disfarce; havia com o ilícito uma familiaridade tolerante. Os códigos do grosseiro, do obsceno, do indecente, eram bem frouxos [...]. Gestos directos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças atrevidas vagabundeando sem embaraço nem escândalo no meio dos risos dos adultos: os corpos ostentavam-se (Foucault, 1994, p. 9).

Estas são algumas das primeiras frases do discurso de Foucault em *A História da Sexualidade - A Vontade de Saber* (1994). Nelas estão inscritas uma liberdade relativa à sexualidade que se manifestava, até ao século XVII, na exposição dos corpos, nas práticas sexuais e nas palavras e discursos que se referiam ao sexo. No entanto, este período deu origem a uma hipótese repressiva⁴, coincidente

⁴ Entendida como mecanismos coercivos e autoritários de poder que exigiam a censura e interdição sexual e, conseqüente, obediência e submissão.

com o desenvolvimento do capitalismo e das sociedades burguesas vitorianas (Dreyfus & Rabinow, 1982). A partir de então, a sexualidade transforma-se. O sexo passa a encontrar a sua função de procriação no seio familiar e o casal conjugal passa a ser o modelo que detém a lei e norma. A pouco e pouco silenciam-se os discursos relativos ao sexo e tenta-se controlar e censurar a livre circulação de palavras “sensíveis”, como afirmação da sua inexistência e “[...] em toda a parte o puritanismo moderno impôs o seu triplo decreto de interdição, de inexistência e de mutismo” (Foucault, 1994, p. 11).

No entanto, paralelamente à instituição do movimento repressivo foi observado, ao longo do século XVIII, uma multiplicação de discursos sobre o sexo, que Foucault acaba por descrevê-los como sendo uma fermentação discursiva (p. 22). É neste contexto que o autor desconstrói a hipótese repressiva. Para Foucault, esta proliferação dos discursos sobre o sexo foi o resultado da construção de um mecanismo de poder, em seu pleno exercício, produzido por diferentes instituições que transformaram o sexo num problema político, e portanto, que deveria ser administrado.

Foucault (1994, p. 23) fala-nos da pastoral católica como uma das instituições principais que fomentou a disseminação destes discursos. Em 1215, o Concílio de Latrão estabeleceu técnicas de confissão, métodos de interrogatório e inquéritos que passaram a fazer parte dos sacramentos. Mais tarde, com o Concílio de Trento (1545-1563) estes mecanismos de poder tornaram-se mais organizados e funcionais. Uma das características do poder pastoral centrava-se em técnicas e procedimentos de produção e conhecimento da verdade de cada um dos seus membros: os seus segredos, através do exame da consciência pela técnica da confissão. Nela era recomendável a descrição da:

[...] posição respectiva dos parceiros, atitudes tomadas, gestos, carícias, momento exacto do prazer – todo o percurso minucioso do acto sexual na sua própria operação. A discrição recomendada cada vez com maior insistência. [...] tenta impor regras meticulosas de auto-exame [...] a todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos conjuntos da alma e do corpo [...] (Foucault, 1994, p. 22-23).

Desta forma, a igreja encontrou na confissão uma forma para fazer funcionar um tipo de poder que controlava a sexualidade dos seus membros, através da reflexão incessante sobre o sexo (encorajando a confissão de “verdades” sexuais pessoais) e, paralelamente, colocava em prática um tipo de decência e moralidade cristã a ser seguida pela sociedade.

As relações matrimoniais eram oprimidas, com regras e recomendações, incentivadas apenas quando tivesse o interesse na procriação. O casal que copulasse prazerosamente, pecava gravemente, e aos olhos da igreja, a procura de prazeres “estranhos” merecia condenação. Criava-se um sistema cheio de

dispositivos de vigilância, de mecanismos correctivos, de armadilhas coercivas como o medo, a vergonha, a difamação, a confissão, o pecado que tinham o poder de reprimir a sexualidade, de silenciá-la, discipliná-la e de abafar desejos latentes (Foucault, 1994). Sexo e corpo eram marginalizados pela Igreja. Permaneciam à margem do sistema normativo, então instituído, como a negação da vida terrena para atingir outra vida (a salvação), através do agrado a Deus, dentro da cosmologia cristã⁵.

Também as instituições pedagógicas do século XVIII não estimularam o silêncio ao sexo das crianças e adolescentes. À partida, pode-se ter a impressão de que estas instituições cingiam-se a um mutismo geral sobre o sexo. No entanto, o sexo era um elemento organizador da vida escolar:

O espaço da aula, a forma das mesas, a disposição dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem divisórias, com ou sem cortinados), os regulamentos previstos para a vigilância do deitar e do sono [...] está em parte importante articulado com a verificação de que a sexualidade existe, precoce, activa, permanente (Foucault, 1994, p. 32).

Discursos dirigidos por médicos aos directores dos estabelecimentos e professores, discursos levados a cabo pelos pais e educadores, o surgimento de literatura de conselhos de observações do sexo adolescente, entre outras formas, foram meios de impor uma profusão de discursos sobre o sexo que culminou com a construção de uma *scientia sexualis* (Foucault, 1994), com vista à construção de uma “verdade sobre o sexo”. Na óptica do autor, todos estes discursos conjugados foram capazes de fazer funcionar um poder colectivo de objectivação do sexo em discursos racionais.

A Ciência do Sexo como Ortopedia Sexual

Nas sociedades pré-industriais as práticas sexuais foram sujeitas a uma problematização moral e religiosa, por via do pecado. No entanto, por via das transformações sociais trazidas pelos processos da industrialização e das permanentes discursividades sexuais realizadas pelas distintas disciplinas científicas, a partir do século XVIII originaram-se novas formas de pensar sobre o sexo, que o transformaram num objecto de investigação científica (Mottier,

⁵ Muito embora Giddens (2001) descreva a visão e o pensamento de Foucault como “brilhantes inovações” (p. 11), o mesmo menciona que esta análise não deverá ser tão simples e linear. Segundo ele “temos de nos afastar da ênfase esmagadora no discurso e olhar para os factos largamente ausentes da análise de Foucault” (p. 18). Giddens refere que Foucault negligencia as noções e ideais do “amor romântico” caracterizado pelo seu “amor sublime que tende a prevalecer face ao ardor sexual” (p. 27) e que “é incompatível com a luxúria e com uma sexualidade terrena” (p. 30) que, inicialmente, tiveram maior impacto sobre a burguesia e, posteriormente, sobre o resto da população. Este amor romântico veio substituir as concepções da constituição de laços conjugais com base no valor económico. Desta forma, segundo Giddens, a constituição de uma família/lar/casa trouxe implicações ao nível da sexualidade, não abordadas por Foucault.

2010; Foucault, 1994). Disciplinas como a demografia, a biologia, a medicina, a psiquiatria, a psicologia, a psicanálise, a teologia, a pedagogia, a política ou o direito permitiram a solidificação de discursos de “verdades” sobre a sexualidade humana, caracterizadas por Foucault como uma ortopedia discursiva (1994, p. 33).

A psiquiatria emergiu para estudar os “excessos” e as perversões sexuais; a pedagogia para ensinar atitudes e comportamentos adequados e a utilizar uma contida linguagem sexual; o direito penal para cobrir os crimes “contra a natureza” e os ultrajes (Foucault, 1994). Todas estas disciplinas, à sua maneira, procuravam: “[...] proteger, separar, prevenir, assinalando por toda a parte perigos, despertando atenções, exigindo diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo, eles irradiam discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante, que por sua vez relança o incitamento a que dele se fale (p. 34). A necessidade de “especialistas” falarem sobre o sexo, de descrevê-lo, de produzir saberes e estatísticas e enquadrá-lo nas normas veio permitir a institucionalização da *scientia sexualis*. Desta forma, a sexualidade passa a ser compreendida como um campo prolongado do saber-poder, isto é, os saberes produzidos pelas ciências disciplinares serviram como forma de controlo das práticas sexuais, pois elas passam a produzir “as verdades”⁶.

Nesta linha de análise compreende-se que, segundo Foucault, o papel da hipótese repressiva favoreceu uma incitação à construção de um saber sobre o sexo. Em vez de uma repressão sexual, assistiu-se a um mecanismo de poder que produziu uma ampliação do conhecimento sexual. Como afirma o autor “o que é próprio das sociedades modernas não é o terem votado o sexo a permanecer na sombra, é o terem-se dedicado a falar sempre dele, salientando-o como o segredo” (1994, p. 39).

A razão da proliferação de todos estes discursos centrou-se, essencialmente, num interesse público. Como Foucault reconhece, não foi “[...] por uma curiosidade ou sensibilidade colectiva, não por uma mentalidade nova; mas por mecanismos de poder” (1994, p. 27) causadores de efeitos de deslocamento que geraram modificações sobre o próprio desejo sexual de toda uma sociedade. A *scientia sexualis* trouxe, em si mesma, a constituição de toda uma descrição e classificação em torno de uma normalidade sexual e dos seus desvios possíveis. A norma sexual e o desvio dessa mesma norma estipulada passaram, então, a ser definidos

⁶ Por exemplo, em 1760, Samuel Tissot, um médico suíço do século XVIII elaborou a obra intitulada *L’Onanisme*, onde refere algumas doenças decorrentes da prática da masturbação. A obra sobre a educação dos jovens, *Émile* (1762), de Rousseau, também alertava para as “consequências terríveis” desse acto. Em meados do século XIX, a medicina inventou a “espermatorreia” cujos sintomas se assemelhavam a “doença dos nervos” e num esgotamento geral pela perda em excesso de sêmen. A partir destas “verdades” científicas expandiu-se um comércio anti-masturbação, que propunha propostas de cura, desde o descanso, aos banhos frios, ao exercício vigoroso até cintos de castidade masculinos e dispositivos de choques eléctricos. Para as mulheres, como a masturbação feminina era considerada ainda mais desviante, os tratamentos tornavam-se mais drásticos que podiam incluir a remoção total dos órgãos genitais, ou parte deles (Mottier, 2010, p. 44-46).

relativamente à suposta “naturalidade biológica” comprovada pela dita “ciência”. Consequentemente, a moral cristã, a educação sexual e a legislação (Mottier, 2010, p. 48) tornaram-se formas de controlo das sexualidades “contranatura” ou denominadas por Foucault (1994) como sexualidades periféricas, realizando, desta forma, uma verdadeira ortopedia sexual. Na lista dos desvios graves à norma sexual encontram-se o “adultério”, a “violação”, o “incesto espiritual ou carnal”, a “sodomia”, a “carícia recíproca”, a “homossexualidade”, o “casamento sem o consentimento dos pais”, a “bestialidade”, o “ser hermafrodita”, “exercer o sadismo”, “enganar a mulher” entre outros⁷ (p. 42-43). Crescia, assim, “[...] uma inumerável família dos perversos [...]” (p. 44)

Esta scientia sexualis abriu, assim, novas possibilidades de infiltração do poder nos aspectos particulares e íntimos da vida dos sujeitos: a sexualidade. Assim, o que parecia, até então, uma libertação do silêncio imposto por um poder “repressivo” revelou-se um insidioso mecanismo de sujeição e uma forma de categorizar a sua própria identidade, classificando-a em função da sua patologia. Estabelecendo identidades fixas, classificando e ordenando as sexualidades desviantes, produziu-se, assim, a norma: a família monogâmica heterossexual. Fixa-se a sexualidade atrelada “a uma idade, a um lugar, a um gosto, a um tipo de práticas” (Foucault, 1994, p. 52). A heteronormatividade transforma-se num dispositivo de multiplicação de relações de poder, garantindo à sociedade a produção de uma sexualidade economicamente útil e de uma população politicamente conservadora. É esta normatividade que guiará, até aos dias de hoje, as políticas de administração do Estado que visam gerir a vida da população.

Corpos Dóceis Vs Corpos Indisciplinados: As Práticas Reguladoras e as Tecnologias de Poder na Modernidade

Foucault (1994, 1999), ao referir-se às práticas reguladoras sobre a sexualidade e comportamentos tenta distanciar-se da análise tradicional do poder, em termos de direito soberano, cuja perspectiva se exercia através da dinâmica proibição versus imposição. Este era considerado, pelo autor, como um poder “de fazer morrer ou deixar viver”⁸ (1994, p. 139). No entanto, a partir do século XVIII este tipo de direito foi gradualmente substituído por um poder “de fazer viver ou de rejeitar para a morte” (p. 140). Significando com isto, que as sociedades modernas tendem a fugir à morte e a valorizar a vida, onde nela se estabelecem e incidem as relações de poder. Concretamente, este poder sobre

⁷ Muito embora Foucault não diga, explicitamente, nos seus escritos, depreende-se que a realização da prática da prostituição (ou de qualquer outro trabalho sexual) seja considerada, também, um desvio grave à norma sexual.

⁸ Poder que se formula como direito “de vida” ou “de morte” nas relações de soberania das sociedades pré-modernas, uma vez que, o soberano pode exercer o direito sobre a vida, matando-a ou dominando-a.

a vida tem-se desenvolvido sob duas principais tecnologias, caracterizadas por Foucault como poder disciplinar e poder estatal/bio-poder. Ambas estão fortemente interligadas: o poder disciplinar, no âmbito individual (corpo), em substituição ao poder pastoral (religioso); e o poder estatal/bio-poder, no âmbito colectivo (população), em substituição ao poder de soberania (Tabela 1).

Tabela 1
Foucault e as Tecnologias do Poder

	Sociedades Pré-Modernas	Sociedades Modernas
Corpo (individual)	Poder Pastoral	Poder Disciplinar
População (colectivo)	Poder Soberano	Poder Estatal / Bio-Poder

O poder disciplinar é uma das práticas reguladoras da modernidade que se materializa nos corpos dos sujeitos através de práticas e mecanismos disciplinares. Estas manifestam-se em forças coercivas e punitivas que actuam sobre os gestos, comportamentos e atitudes. Tudo é realizado de forma a controlar e a submeter os corpos, formatando-os para se transformarem economicamente produtivos, socialmente adaptados e submissos ou como Foucault (1995) descreve, em “corpos dóceis”. Este mecanismo centra-se sobre o corpo como uma máquina que é necessária “o seu adestramento, o crescimento das suas aptidões, a extorsão das suas forças, o crescimento paralelo da sua utilidade e da sua docilidade, a sua integração em sistemas de controlo eficazes e económicos” (p. 141) assegurado, normalmente, por instituições disciplinares⁹. Esta constitui-se como uma tecnologia política do corpo que fabrica, molda, cria indivíduos-objects úteis, introduzindo uma ordem nas sociedades através da disciplina, aprendizagem e educação dos sujeitos. Esta política tem a finalidade de adopção de comportamentos padronizados através do olhar hierárquico, a sanção e o exame¹⁰ (Foucault, 1995) como forma de correcção dos comportamentos desviantes dos corpos indisciplinados. É na busca por uma homogeneização que se estabelece a norma. E esta funciona como uma forma de coerção fluida e não violenta, que estabelece, em toda a sociedade, a prática da exclusão de todos aqueles que se centram na “anormalidade” (Foucault, 2007). E a sua submissão perpétua e constante, através de um controlo do tempo, reduz a sua potência em termos de resistência.

Quanto ao bio-poder, este apresenta-se, também, como um mecanismo regulador da própria sexualidade e dos comportamentos dos sujeitos colectivos.

⁹Sejam elas, escolas e colégios, fábricas e oficinas, hospitais, conventos, prisões ou quartéis (Foucault, 1994, p. 142).

¹⁰O olhar hierárquico consiste na ideia geral da “vigilância” que generaliza a disciplina, expandindo-a para lá das instituições disciplinares. A sanção (ou o castigo disciplinar) têm por função a redução dos desvios, tornando-se correctivo e o exame é uma espécie de articulação entre a vigilância e a sanção, transformando os sujeitos em objects de auto-análise.

Contudo, aqui, os processos que fazem parte da vida de uma cidade ou população (a natalidade, a longevidade, a mortalidade, a fecundidade...) passam a ser problemas políticos, e por isso regulados através do Estado. O bio-poder é, assim, uma forma de poder em que o Estado controla as sociedades através do desenvolvimento de directrizes políticas que actuam sobre a população em geral, de forma a garantir o bem-estar e a saúde de todos. Este mecanismo centra-se, essencialmente, sobre o corpo como um processo biológico onde “[...] a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração de vida, a longevidade...” (Foucault, 1994, p. 141) necessitam de intervenção e regulamentação. Este mecanismo de poder investe na produção de estatísticas, na previsão, medição e conhecimento sobre a vida, através das ciências exactas e biológicas, permitindo uma actuação com vista a preservar, a prolongar e a tornar a vida mais produtiva e evitar a morte¹¹.

Muito embora o poder disciplinar e o bio-poder actuem em diferentes níveis, o facto é que ambos incidem sobre os corpos de forma articulada e complementar. O seu ponto de intersecção encontra-se na norma (Foucault, 1999), pois é ela que se aplica tanto a um corpo que se procura disciplinar quanto a uma população que se pretende regulamentar. Será essa normatividade que guiará as políticas de administração do Estado, estabelecendo identidades fixas, classificando e ordenando as sexualidades desviantes. Para Foucault (1994) o sexo está na charneira destas duas tecnologias da vida, porque “o sexo é simultaneamente acesso à vida do corpo e à vida da espécie” (p. 148). O autor não se inibe de dizer que é por esta razão que, hoje em dia, o sexo “torna-se um alvo central para um poder que se organiza em torno da gestão da vida” (p. 149), e por isso está presente em operações políticas, em intervenções económicas, em campanhas ideológicas de moralização e responsabilização cujo objecto é sempre o mesmo: a disciplina do corpo e a regulamentação das populações.

De facto, na modernidade, o sexo parece ter-se tornado numa “anatomia política” e numa verdadeira história dos corpos. Contudo, a questão continua a recenrar-se em como e porque é que a conduta sexual e os prazeres a ela ligados se tornam o mais importante objecto de “preocupação moral” e de “cuidado ético” (p. 16).

Por Uma Nova Política de Verdade Sobre o Sexo

Segundo Foucault (1994), as políticas públicas fazem-se em nome do saber-poder. Saberes médicos, jurídicos, educacionais produzem “discursos de verdade” que incidem ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população e cujos efeitos se traduzem em processos disciplinares e regulamentares. Desta forma,

¹¹ Na perspectiva de Giddens (2001, p. 122) o biopoder não existe. Para ele, o biopoder está ligado a “[...] várias fiadas de transformação organizacional e pessoal no progresso das sociedades modernas.”

surgem campanhas em nome da higiene, da saúde pública, contra as doenças, moralizantes e estigmatizantes que delimitam grupos populacionais, como os trabalhadores do sexo. Há, então, um deslocamento do “mal”, que deixa de ser estritamente moral para ser científico-moral. A ciência, neste sentido, valida o discurso, ordena e dá uma certa verdade incontestável.

Por um lado, a política produz corpos presos ao poder que se sustenta num jogo de utilidade versus docilidade. Por outro lado, moraliza-os e produz a sua sexualidade segundo normas “cientificamente válidas”, marcando identidades e definindo o que é, ou não, socialmente aceitável para um grupo, em determinada cultura. Trata-se, afinal, de relações entre o poder a sua incidência sobre o sexo e os corpos, compreendendo-o como uma construção política, histórica e social resultante das lutas de forças que os sujeitos estabelecem consigo e com o meio.

Quanto aos trabalhadores do sexo, este parece ser um ponto bastante importante na leitura e discussão sobre a forma como a detenção do poder pode influenciar sujeitos e grupos a serem vistos de forma diferente, e muitas vezes, considerados fora da norma, segregando-os. É necessário pôr em questão de que forma a incidência do poder, através de procedimentos contínuos e ininterruptos, tem actuado sobre uma multiplicidade de trabalhadores do sexo, de forma a produzir a sujeição dos mesmos e dos seus comportamentos?

Foucault (1977, p. 203) ao afirmar que é necessário considerar o poder como “uma rede de trabalho produtiva que corre através de todo o corpo social, muito mais do que uma instância cuja função é a repressão”, não o concebe como um fenómeno de dominação maciço e homogéneo irreduzível àqueles que o possuem e que dominam aqueles que não são seus detentores. Para ele, o poder é circular. Isto significa que se exerce numa rede, possibilitando àqueles que estão submetidos ao poder que, também, o possam exercer. Nesta perspectiva, os indivíduos são considerados capazes de enfrentar um poder que os domina e os subjuga, determinando-os sujeitos activos. Na afirmação “onde há poder há resistência” (Foucault, 1994, p. 98) está implícito que esses sujeitos não se encontram numa posição de exterioridade face ao poder. Eles têm a capacidade de se insurgir e de se insubordinar e, conseqüentemente, modificar a sua dominação em determinadas condições e “segundo uma estratégia precisa” (Foucault, 1979, p. 241).

Perante este discurso, e face aos trabalhadores da indústria do sexo, é necessário questionar de que forma poderão eles criar estratégias de resistência ao poder institucionalizado que os oprime, vê e os determina como “imorais”, “indecentes”, “levianos”, “doentes” e “perversos”? Como poderão eles ser pontos de contra-poder neste campo de relações de força e de violência invisível praticada rotineiramente sobre os corpos e o sexo (esperando obediência)? Será possível interromper este tipo de violência, controlo e poder sobre o sexo e sobre todos aqueles que realizam, através dele, o seu *modus vivendi* e constituir uma nova política de verdade sobre o sexo na contemporaneidade? Como transformar corpos domesticados em sujeitos livres?

Foucault (1994) e Butler (1993, 2007) propõem, enquanto forma de luta política face às formas de dominação nas relações de poder, a criação de resistências, sejam elas “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, concertadas, rastejantes, violentas, irreconciliáveis, prontas à transacção, interessadas ou sacrificiais” (Foucault, 1994, p. 99). É a resistência e a constituição de um “discurso «em troca»” (p. 104) que permitirá a modificação das condições existentes e a alteração das próprias relações de poder. Os pontos de resistência “introduzem numa sociedade clivagens que se deslocam, que quebram unidades e suscitam reagrupamentos, sulcando os próprios indivíduos, recortando-os e remodelando-os, traçando neles, nos seus corpos e nas suas almas, regiões irreduzíveis [...] E é sem dúvida a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução” (p. 99).

O poder não é algo maciço que se exerce de forma universal. É, antes, construído, modificado, transformado pelas resistências que lhe são impostas. E desta forma, as relações de poder encontram-se em permanente mutação a partir das resistências efectuadas.

O facto de tantas coisas terem mudado no comportamento sexual das sociedades ocidentais [...] bastou para provar que toda esta «revolução» do sexo, toda esta luta «anti-repressiva» representava apenas nada mais nada menos [...] que um deslocamento e uma viragem de ordem táctica no grande dispositivo da sexualidade (Foucault, 1994, p. 133).

Giddens (2001) refere que as mudanças que afectam a sexualidade são sempre profundas e revolucionárias. Hoje em dia, a pressão da emancipação sexual tende a fragilizar os ideais de um amor romântico e, conseqüentemente, dar condição para a existência do amor confluyente caracterizado pela capacidade de dar e experimentar satisfação, introduzindo “pela primeira vez a ars erótica no interior da relação” (p. 42) em culturas não ocidentais. Ao contrário do amor-romântico, este tipo de amor é, segundo Giddens (2001) um amor que poderá não ser duradouro, monogâmico ou sexualmente exclusivo.

O amor confluyente desenvolve-se como um ideal numa sociedade na qual todas as pessoas têm a possibilidade de se realizarem sexualmente e pressupõe o desaparecimento da divisão entre a mulher “respeitável” e aquelas que de algum modo estão fora do âmbito da vida social ortodoxa (Giddens, 2001, p. 42).

À semelhança do pensamento de Foucault e Butler, Giddens (2001) destaca que a democracia na esfera pública está, directamente, relacionada com a democratização da intimidade e das relações interpessoais, sendo que o ideal da democracia implica, por isso mesmo, o respeito pelo princípio da autonomia¹². Para o autor “a sexualidade é um terreno de luta política fundamental e também um meio de emancipação” (p. 127), cuja emancipação sexual se traduz numa

¹²O autor entende por autonomia “a realização com êxito do projecto reflexivo do self – a condição de um individuo se relacionar com os outros de um modo igualitário” (2001, p. 132). Desta forma, o respeito por este princípio implica o “respeito por perspectivas independentes e pelas características individuais do outro” (2001, p. 133).

sociedade sexualmente democrática. Neste sentido, Giddens (p. 117) avança com a necessidade de “uma resexualização do corpo, juntamente com a renovação do significado original de erotismo ligado a apreciação estética”.

Trabalhadores do Sexo na Luta pela Desestigmatização e Defesa de Direitos

A estigmatização e vitimação dos trabalhadores do sexo é, frequentemente, fundada em representações sociais que deturpam o fenómeno visando o controlo social da sexualidade e do uso do corpo. Hoje em dia, a sua identidade está relacionada com a construção das representações sociais, através destes diferentes discursos que ao longo da história da humanidade foram sendo construídos. E hoje, eles estão obscurecidos e as suas vozes abafadas pelo “pânico moral” que envolve a questão do sexo. E por isso, a sua tolerância pública poderá passar por uma luta emancipadora que vise promover e reconhecer o pluralismo sexual e aceitar possíveis estilos de vida¹³.

Face a situações de desvantagem dos trabalhadores do sexo em termos de violência, estigmatização, condições de trabalho precárias e insegurança pessoal (Kempadoo & Doezema, 1998; Oliveira 2011; Pheterson, 1989; Weitzer, 2010), a construção de identidades colectivas e profissionais do sexo tem-se tornado, internacionalmente, mais visível através da constituição de acções, movimentos, associações e, inclusive, sindicatos¹⁴.

Em oposição ao silenciamento das vozes dos trabalhadores do sexo começaram a surgir, a partir da década de 70, organizações de prostitutas capazes de falarem por elas mesmas, numa tentativa de re-conceptualização do entendimento sobre a prostituição. A organização americana COYOTE (Call Off Your Old Tired Ethics), fundada por Margo St. James, em 1973, deu o primeiro passo no desenvolvimento de um novo pensamento feminista, contestando o argumento de que toda a prostituição é forçada, utilizada pelas feministas radicais (Barry, 2003; Fontinha, 2001; Jeffrey, 1997; Raymond, 1999). Mais tarde, em 1985, realizou-se, em Amesterdão, o First World Whores' Congress, onde foi instituída a World Charter for Prostitute's Rights, uma declaração mundial com vista a proteger os direitos dos trabalhadores do sexo, adoptada pelo International Committee on Prostitutes' Rights (ICPR) (Pheterson, 1989). Nela

¹³ Giddens (2001, p. 24) refere que “[...] a substituição da perversão pelo pluralismo faz parte de um conjunto mais vasto de mudanças intrínsecas à expansão da modernidade” com vista à conquista de uma tolerância moral no domínio público. No entanto, esta conquista continua a realizar-se através de resistências profundas.

¹⁴ A Portuguesa Ana Lopes (2006), doutorada em Antropologia, investigadora e ex-trabalhadora do sexo foi a dinamizadora da criação do primeiro Sindicato Internacional de Trabalhadores do Sexo (IUSW), sediado em Londres. Para Lopes (2006) os próprios profissionais do sexo têm feito inúmeros esforços colectivos no sentido de mudar a sua situação de marginalização e exclusão com vista a um maior reconhecimento. Contudo, as suas vozes permanecem abafadas pela comunicação social e investigação académica (p. 44).

advogam a “descriminalização de todos os aspectos da vida adulta resultantes da decisão individual”, bem como “a prevenção do abuso e estigmatização das prostitutas” através de programas educativos de mudança de atitudes sociais, a garantia de concessão de “todos os direitos humanos e liberdades civis”, a “liberdade de escolha do seu local de trabalho” rejeitando o seu confinamento a zonas específicas de trabalho, o fim dos controlos de saúde através da realização obrigatória de exames periódicos apenas para as prostitutas (devendo estes ser extensíveis a todas as pessoas sexualmente activas), o direito a “benefícios sociais”, entre outros.

Recentemente, em Outubro de 2005, realizou-se, em Bruxelas, um dos marcos históricos no movimento europeu dos profissionais do sexo: a European Conference on Sex Work, Human Rights, Labour and Migration, organizada pelo International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe (ICRSE)¹⁵. Nesta conferência foram assinados e aprovados a “Declaração dos Direitos dos Profissionais do Sexo na Europa” e o “Manifesto dos Trabalhadores do Sexo na Europa” que foram entregues aos deputados do Parlamento Europeu. Reclamam o direito à vida, à liberdade e segurança pessoal, à protecção contra a violência, à intimidade, à liberdade de movimento e associativismo, à protecção igual na lei, à liberdade de expressão, ao trabalho e a condições justas e favoráveis de trabalho, à não discriminação, a serem ouvidos, entre outros.

De facto, estes movimentos de direitos dos trabalhadores do sexo estão implicados na reivindicação de direitos e, essencialmente, numa mudança de paradigma associado ao conceito de prostituição até então instituído. Acreditam que a actividade do trabalho sexual deve ser regulada (Augustín, 2008; Kempadoo, 2005; Kempadoo & Doezema, 1998; Nagle, 1997; O’Connell Davidson, 1999; Oliveira, 2011; Weitzer, 2010), porque é o seu estatuto ilegal que os torna mais vulneráveis ao abuso, violência e exploração. É neste sentido que defendem a autonomia e autodeterminação colectiva de todos os trabalhadores do sexo (Lopes, 2006), envolvendo-se conjuntamente na agenda político-legal, na intenção de serem construídas políticas que conduzam à melhoria das suas condições de trabalho, segurança pessoal, cidadania e reconhecimento social.

A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), ao ter realizado um estudo sobre as forças sociais e económicas que impulsionaram o crescimento da indústria do sexo, no sudoeste asiático, veio apelar: 1) ao reconhecimento económico da indústria do sexo, 2) a aplicação de direitos para quem vive desta indústria, 3) à necessidade da sua legalização no sentido de controlar o crime organizado (Lim, 1998). Refere este relatório que a prostituição é “principalmente de natureza económica” (p. 2), cuja realidade “está bem enraizado nas economias nacionais e internacionais [...] tendo em vista a sua dimensão e significado, a posição oficial não pode ser de negligência ou de não reconhecimento” (p. 213). A OIT afirma também que

¹⁵Para mais informações consultar o site <http://www.sexworkeurope.org/>

“todos os estudos nacionais confirmam que os ganhos da prostituição são muitas vezes mais do que as alternativas de oportunidades de emprego para as mulheres com níveis nulos ou baixos de educação” (p. 207). Apesar do relatório da OIT ter sido fortemente contestado pelos movimentos feministas radicais, o relatório da OIT é peremptório ao referir que :

[...] uma das maiores dificuldades [ao reconhecimento económico da prostituição como trabalho] centram-se em medidas orientadas para o sector do sexo com considerações morais, religiosas, de saúde, de direitos humanos e questões criminais na abordagem a um fenómeno que é essencialmente de natureza económica [...] (p. 2).

[...] a posição focada nas prostitutas tende a enfatizar as preocupações moralistas e de direitos humanos, que são sem dúvida importantes, mas que não terão um grande impacto na mudança do sector [...] (p. 213).

O trabalho de defesa dos direitos dos trabalhadores do sexo, inicialmente realizado pela COYOTE, permitiu que, lentamente, outros grupos semelhantes pudessem emergir. Hoje em dia, projectos e movimentos de trabalhadores do sexo de todo o mundo, reunidos na Global Network of Sex Work Projects (NSWP), parecem apresentar-se cada vez mais organizados, empenhados e determinados a fazerem-se ouvir. Esta multiplicidade de vozes, construída por uma diversidade de actores, tem hoje o seu potencial de influenciar os discursos dominantes e transformar o trabalho sexual através da desestigmatização e conquista de direitos, poder, reconhecimento, e com isso, legitimidade (Kempadoo & Doezema, 1998, p. 24). Como argumenta Lopes (2006), os profissionais do sexo não querem nem piedade, nem serem salvos. Querem antes dignidade e respeito.

É neste âmbito que os profissionais de Serviço Social deverão encontrar-se numa posição de abertura, flexibilidade e respeito intransigente, conjugada com uma rigorosa avaliação dos seus próprios juízos de valor e preconceitos adquiridos por construções sócio-histórico-profissionais. O reconhecimento da pluralidade de causas e motivações que levam as pessoas a escolher e decidir enveredar pela actividade do trabalho sexual impele-nos a perspectivas alternativas de compreensão da realidade que, até aqui, o Serviço Social tem mostrado dificuldade, impedindo o conhecimento sobre as verdadeiras necessidades de quem faz do trabalho sexual o seu *modus vivendi* e chegar a formas práticas de defesa dos seus direitos, sem requerer a necessidade de abandono iminente da actividade.

Posto isso, o caminho tende a seguir na tentativa de desvincular o poder e destituir “as verdades” das formas de hegemonia social, económica, cultural, etc..., no interior das quais o poder funciona presentemente. Para que um dia a libertação do estigma possa ser possível e que a diferença entre madonas e madalenas, virtuosas e perdidas, puras e impuras possa deixar de existir. Espera-se que, termos como “perversos”, “doentes”, “imorais”, “libertinos”, “vadios”,

“delinquentes”, “vítimas”, relativos aos trabalhadores do sexo, possam, um dia, também eles, fazer parte do passado. Para que “[...] talvez um dia, numa outra economia dos corpos e dos prazeres, já não se compreenda bem como as astúcias da sexualidade e do poder que fundamenta o seu dispositivo conseguiram submeter-nos a esta austera monarquia do sexo” (Foucault, 1994, p. 161).

Bibliografia

- Augustín, L. M. (2008). *Sex at the margins: Migration, labor markets and the rescue industry*. Londres & Nova Iorque: Zed Books.
- Barry, K. (1995). *The prostitution of sexuality*. New York: New York University Press.
- Burke, B., & Harrison, P. (1998). *Anti-oppressive practice*. Adams, R., Dominelli, L. & Payne, M. (Coords). *Social Work: Themes, issues and critical debate* (pp. 229-238). New York: MacMillan Press.
- Butler, J. (1993). *Bodies That Matter. On the discursive limits of sex*. Londres/ Nova Iorque: Routledge
- Butler, J. (2007). *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelons/Buenos Aires/México: Paidós.
- Dreyfus, H., Rabinow, P. (1982). *Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Dominelli, L. (2002). *Anti-oppressive social work theory and practice*. Great Britain: Palgrave Macmillan Publishing.
- Fontinha, I. (2001). “Prostituição, sexualidade e sida”. II Congresso Virtual HIV/ AIDS & Tuberculose: Ontem, Hoje e Amanhã [on-line]. Disponível em: http://www.aidscongress.net/Modules/WebC_AidsCongress/CommunicationHTML.aspx?Mid=31&CommID=54 [Acesso em 29.04.2012].
- Foucault, M. (1977). *Truth and Power*. In Calhoun, C.; Gerteis, J.; Moody, J.; Pfaff, S.; Virk, I. (Coords), *Contemporary Sociological Theory*. Oxford: Blackwell, pp. 201-208.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- Foucault, M. (1982). *Subject and Power*. In Dreyfuss, H. & Rabinow, P. (Coords), *Michel Foucault: Beyond strutralism and hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 208-226.
- Foucault, M. (1994). *História da sexualidade I - A vontade de saber*. Lisboa: Relógio D’Água Editores.
- Foucault, M. (1995). *Discipline and Punish. The birth of the prison*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2007). *Los anormales. Curso en el collège de France (1974-1975)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina SA.

- Giddens, A. (2001). *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Grieco, S., (1991). O Corpo, aparência e sexualidade. In Duby, G. & Perrot, M. *História das mulheres - Do renascimento à idade moderna*, vol. III. Porto: Edições Afrontamento, pp. 71-120.
- Jeffrey, S. (1997). *The idea of prostitution*. Melbourne: Spinifex Press.
- Kempadoo, K. (2005). *Trafficking and prostitution reconsidered: New perspectives on migration, sex work, and human rights*. St. Paul: Paradigm Publishers.
- Kempadoo, K., Doezema, J. (1998). *Global sex workers: Rights, resistance and redefinition*. Nova Iorque: Routledge.
- Leight, C. (1997). *Inventing Sex Work*. Nagle, J. (Coord.). *Whores and other feminists*. Nova Iorque: Routledge.
- Lim, L. (1998). *The sex sector: The economic and social bases of prostitution in southeast Asia*. Geneva: International Labour Office.
- Lopes, A. (2006). *Trabalhadores do sexo uni-vos! Organização laboral na indústria do sexo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Mottier, V. (2010). *Sexualidade - Uma breve introdução*. Alfragide: Texto Editores.
- Nagle, J. (1997). *Whores and Other Feminists*. Nova Iorque: Routledge.
- O'Connell Davidson, J. (1999). *Prostitution, power and freedom*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Oliveira, A. (2011). *Andar na vida - Prostituição de rua e reacção social*. Coimbra: Almedina.
- Pheterson, G. (1989). *A vindication of the rights of whores*. Seattle: Seal Press [online]. Disponível em: http://www.walnet.org/csis/groups/icpr_charter.html [Acesso em 29.04.2012].
- Ramalho, N.; Santos, J. (2006). *Prostituição: Um fenómeno da história da civilização ocidental*. *Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor* (Coord.). *Quem Levou o meu Ser? - Mulheres de Rua*. Lisboa: CML, pp. 13-64.
- Ramalho, N. (2012). *O trabalho sexual nas perspectivas feministas. Discursos e práticas dos assistentes sociais em debate*. Lisboa (texto policopiado).
- Raymond, J. (1999). *Prostitution as violence against womrn*. *Women's International Fórum*, vol. 21, n. 1, 1-9.
- Roberts, N. (1996). *A prostituição através dos tempos na sociedade ocidental*. Lisboa: Editorial Presença.
- Sanders, T., O'Neil, M., & Pitcher, J. (2009). *Prostitution: Sex work, policy and politics*. London: Sage.
- Silva, S. (2007). *Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal*. *Análise Social*, XLII(184), 789-810.
- Sloan, L., & Wahab, S. (2000). *Feminist voices on sex work: Implications to social work*. *Affilia*, 15, 457-479.
- Sutherland, K. (2004). *Work, sex, and sex-work: competing feminist discourses on the international sex trade*. *Osgoode Hall Journal*, 42, 139-167.

- Wahab, S. (2002). "For their own good?": Sex work, social control and social workers, a historical perspective. *Journal of sociology and social welfare*, XXIX(4), 39-57.
- Weitzer, R. (2010). *Sex for sale. Prostitution, pornography, and the sex industry*. New York: Routledge.

Webgrafia

- (2005). Declaração dos Direitos dos Trabalhadores do Sexo na Europa [on-line]. Bruxelas Disponível em: http://www.sexworkeurope.org/images/phocadownload/dec_brussels2005.pdf [Acesso em 29.04.2012].
- (2005). Manifesto dos Trabalhadores do Sexo na Europa [on-line]. Bruxelas. Disponível em: <http://www.sexworkeurope.org/images/phocadownload/manbrussels2005.pdf> [Acesso em 29.04.2012].
- Global Network of Sex Work Projects [on-line]. Disponível em: <http://www.nswp.org/> [Acesso em 29.04.2012].
- ICRSE - Comité Internacional sobre os Direitos dos Profissionais do Sexo na Europa [on-line]. Disponível em: <http://www.sexworkeurope.org/> 8Acesso em 29.04.2012].
- IUSW - International Union of Sex Workers [on-line]. Disponível em: <http://www.iusw.org/> [Acesso em 29.04.2012].